

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Vigia**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

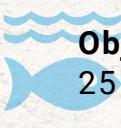
**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Vigia x RI Guamá x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Vigia x RI Guamá x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Vigia x RI Guamá x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Vigia x RI Guamá x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Vigia x RI Guamá x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de Vigia (PA).



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.

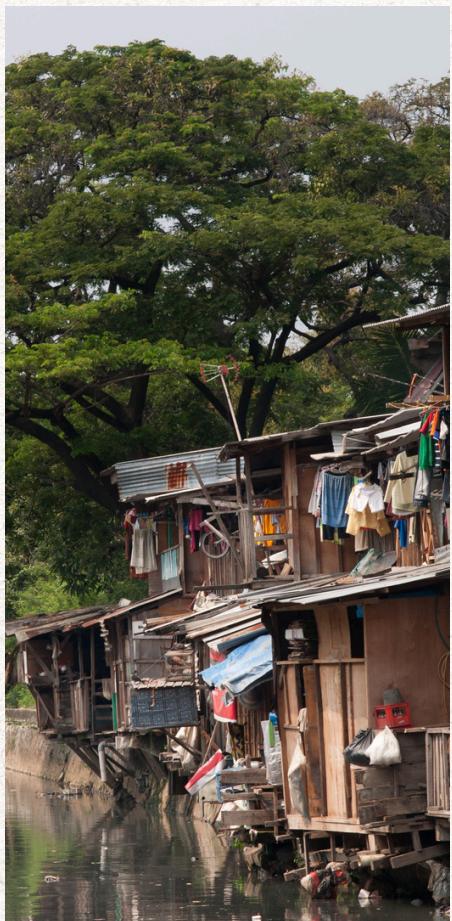


Evolução da Taxa de Pobreza

O município de Vigia iniciou o período com uma taxa de pobreza de 50,9% em 2019, apresentando leve queda para 48,9% em 2020. Em 2021, houve um aumento discreto para 50,3%, mas em 2022 a taxa disparou para 88,2%, marcando um pico acentuado. Em 2023, houve redução expressiva para 55,1%, ainda acima dos níveis pré-2022. A Região de Integração do Guamá seguiu tendência semelhante, oscilando de 44,8% (2019) para 43,5% (2021), saltando a 62,1% em 2022 e recuando para 44,8% em 2023. O estado do Pará também oscilou mo-

deradamente até 2021 (de 41,6% para 42,2%) e apresentou pico em 2022 com 59,2%, encerrando 2023 em 43,6%. As variações indicam impacto pontual em 2022, possivelmente associado a choques econômicos ou recenseamento ampliado (Gráfico 1).

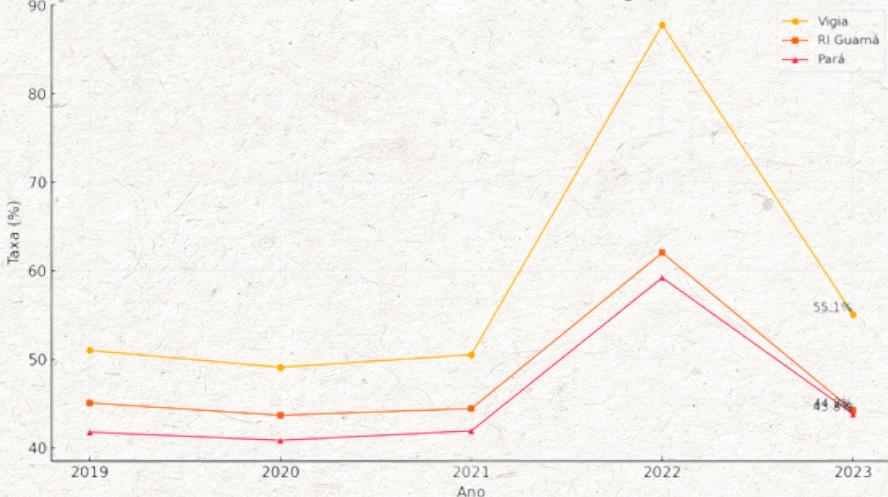
O ano de 2022 representou um descolamento incomum no comportamento da pobreza, com aumento simultâneo nos três níveis analisados. Vigia foi o mais afetado, chegando a quase 90% da população abaixo da linha de pobreza, o que sugere uma vulnerabilidade socioeconômica mais





intensa em relação às demais regiões. A queda significativa em 2023 sinaliza possível efeito de políticas públicas, recuperação econômica ou ajustes metodológicos. Apesar disso, Vigia ainda encerra o período com taxa 4,2 pontos percentuais acima da registrada em 2019 (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 55,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

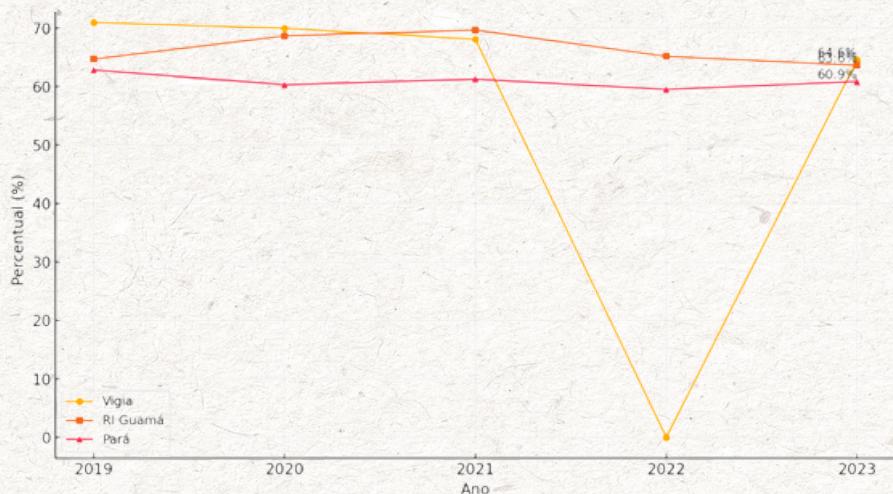
Em 2019, o município de Vigia destinava 71,4% das despesas públicas a serviços essenciais. Esse percentual caiu levemente para 70,2% em 2020 e para 69,2% em 2021. Em 2022, houve um colapso no indicador municipal, caindo a 0%, o que indica ausência de alocação registrada ou inconsistência no dado. Já em 2023, houve retomada significativa para 64,8%, embora ainda abaixo dos níveis anteriores. A Região de Integração Guamá apresentou desempenho mais estável, oscilando de 65,1% (2019) a 64,8% (2023), com pico de 69,8% em 2021. No mesmo período, o estado do Pará teve variação entre 59,2% (2022) e 63,9% (2020), finalizan-

do em 60,9% em 2023 (Gráfico 2).

A queda abrupta em Vigia no ano de 2022 requer destaque, podendo indicar problemas na execução orçamentária, falhas de lançamento contábil ou reestruturação administrativa. Nos demais anos, o município manteve patamares superiores à média estadual e regional, evidenciando relativa prioridade aos serviços essenciais, como saúde, educação e segurança. A retomada parcial em 2023 mostra recuperação, embora a perda de consistência entre 2021 e 2022 levante dúvidas sobre a sustentabilidade da política de alocação (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

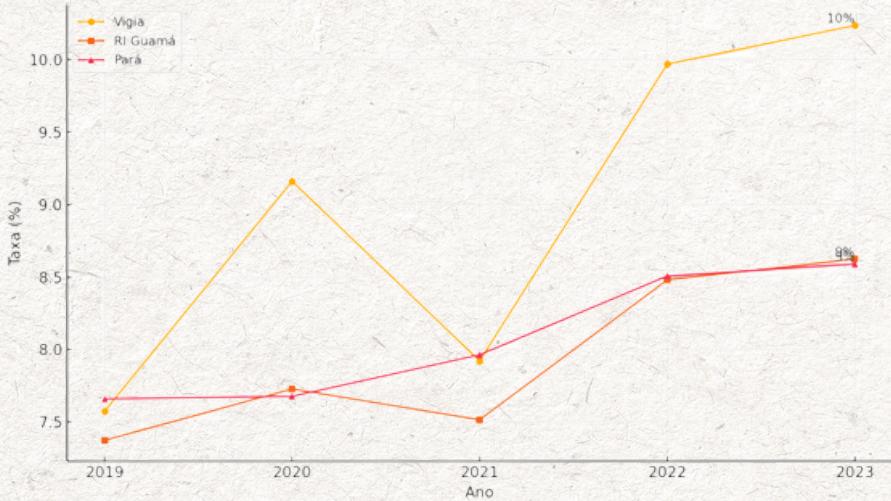
Em Vigia, o percentual de nascidos vivos com baixo peso era de 7,6% em 2019. Houve crescimento para 9,1% em 2020, seguido de redução para 7,9% em 2021. A partir de 2022, o indicador voltou a subir acentuadamente, atingindo 9,9% e depois 10% em 2023. Já a Região de Integração do Guamá começou com 7,3% em 2019 e evoluiu de forma gradual, atingindo 8,6% em 2023. O estado do Pará apresentou variação mais contida, partindo de 7,6% em 2019 e encerrando 2023 em 8,6%, com trajetória progressiva (Gráfico 3).

A elevação contínua da taxa em Vigia desde 2021 revela

um agravamento das condições de saúde materno-infantil, superando significativamente as médias estadual e regional. A marca de 10% em 2023 é preocupante e sugere falhas no acesso a serviços pré-natais, carência nutricional ou condições socioambientais adversas. Em contrapartida, a trajetória das demais regiões é de crescimento moderado e dentro de patamares considerados aceitáveis. A discrepância evidencia a necessidade de políticas públicas direcionadas ao município, com foco em cuidados obstétricos, vigilância nutricional e saneamento básico (Gráfico 3).



**Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Vigia x RI
Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

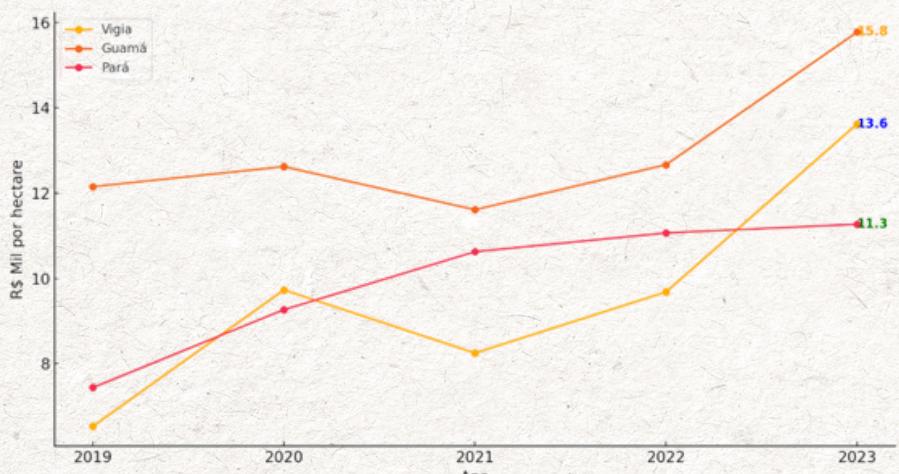


Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Em 2019, a produtividade agrícola era de R\$ 6,4 mil/hectare em Vigia, bem abaixo da média da RI Guamá (R\$ 12,2 mil) e do Pará (R\$ 7,4 mil). Em 2020, houve salto expressivo em Vigia para R\$ 9,7 mil/hectare, superando a média estadual (R\$ 9,3 mil), embora ainda inferior à da RI Guamá (R\$ 12,7 mil). Em 2021, a produtividade em Vigia caiu para R\$ 8,2 mil, enquanto RI Guamá recuou levemente para R\$ 11,6 mil e o Pará subiu para R\$ 10,7 mil. Em 2022, Vigia retomou o crescimento e alcançou R\$ 9,7 mil/hectare novamente, com RI Guamá e Pará marcando R\$ 17,1 mil e R\$ 11,1 mil, respectivamente (Gráfico 4).

Em 2023, houve crescimento expressivo da produtividade agrícola em todos os níveis, com destaque para Vigia que atingiu R\$ 13,6 mil/hectare. A RI Guamá liderou com R\$ 15,8 mil/hectare, enquanto o Pará registrou R\$ 11,3 mil. Isso indica que, embora Vigia tenha iniciado a série com baixa produtividade, conseguiu superar a média estadual e se aproximar da regional. A evolução demonstra investimentos ou melhorias tecnológicas recentes, o que pode ser resultado de incentivos agrícolas, acesso a crédito rural ou maior uso de insumos (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 13,6 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em 2019, Vigia registrava 12,7 óbitos por mil nascidos vivos, número que cresceu para 15,3 em 2020. Em 2021, a taxa caiu significativamente para 11,6, mas voltou a subir bruscamente em 2022, alcançando o maior valor da série: 19,4. Em 2023, porém, houve queda acentuada para 5 óbitos por mil nascidos vivos, abaixo da média estadual e regional. A RI Guamá manteve relativa estabilidade, variando de 12,6 (2019) a 14,8 (2023), com leve oscilação entre os anos. Já o estado do Pará manteve-se praticamente constante, entre 15,2 e 15 óbitos por mil nascidos vivos (Gráfico 5).

A forte oscilação em Vigia revela instabilidade no atendimento materno-infantil, com um pico alarmante em 2022 seguido de queda expressiva. A redução para 5 em 2023 é positiva, mas também pode indicar subnotificação ou variação pontual. A RI Guamá e o estado do Pará mantêm padrões mais regulares, com taxas acima da referência nacional ideal (até 10 por mil). A média estadual também não apresenta sinais de queda significativa no período. Dada a sensibilidade do indicador, recomenda-se análise complementar da cobertura pré-natal, infraestrutura hospitalar e vigilância epidemiológica local (Gráfico 5).





**Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Vigia x RI
Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

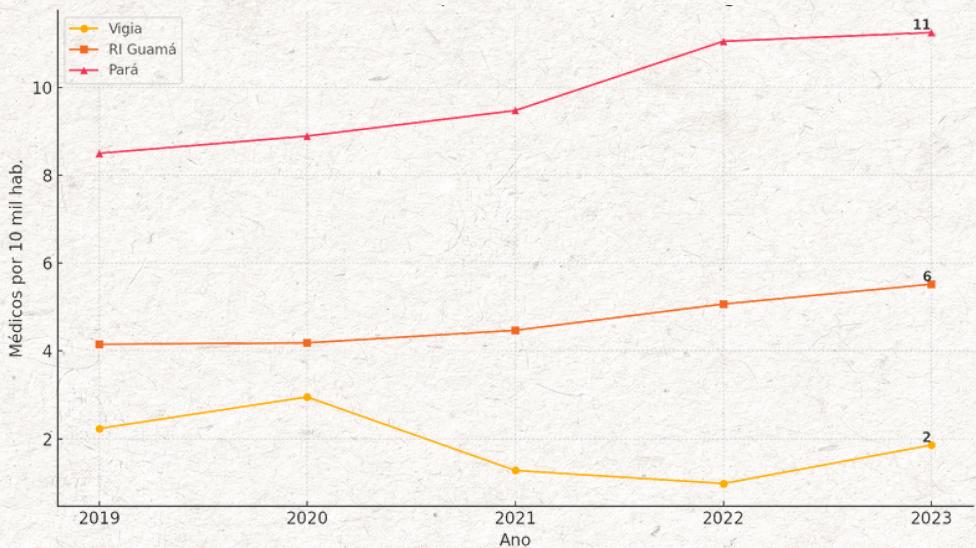
Em Vigia, o número de médicos por 10 mil habitantes era de 2,2 em 2019 e cresceu para 2,9 em 2020. A partir daí, houve redução: caiu para 1,4 em 2021, 1 em 2022, e encerrou 2023 com 2 o menor entre os três níveis. A RI Guamá começou com 4,2 em 2019 e encerrou 2023 com 6 médicos por 10 mil habitantes, demonstrando crescimento contínuo. Já o estado do Pará iniciou com 8,5 e atingiu 11 médicos por 10 mil habitantes em 2023, mantendo tendência ascendente (Gráfico 6).

O comportamento do indicador em Vigia

aponta para perda de profissionais médicos nos anos críticos da pandemia e apenas leve recuperação após 2022. O número atual representa menos de 20% da média estadual, reforçando a carência de recursos humanos na saúde. A disparidade regional é relevante, pois pode influenciar diretamente em indicadores como mortalidade infantil e qualidade do atendimento básico. O avanço sustentado na RI Guamá e no estado reflete maior capacidade de retenção e atração de profissionais (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em 2019, Vigia dispunha de 212 vagas por mil habitantes. Esse número caiu para 202,1 em 2020 e 200,8 em 2021, recuperando-se levemente em 2022 com 202,5, mas encerrando 2023 com 182,1 – a menor taxa da série. A RI Guamá teve trajetória semelhante: de 216,4 vagas (2019) para 190 (2023), apesar de leve alta em 2022 (214,6). O estado do Pará também sofreu redução: de 211,3 vagas (2019) para 198 (2023), com pico em 2022 de 220,1 por mil habitantes (Gráfico 7).

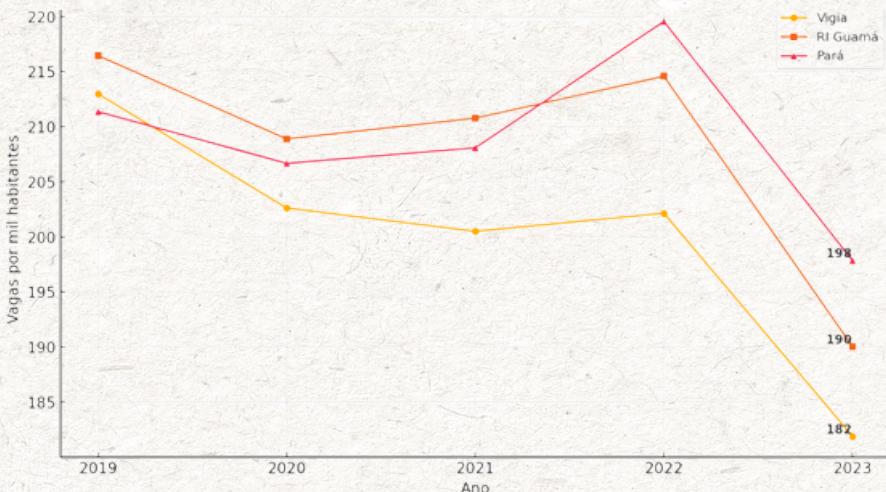
A tendência geral é de queda na oferta de vagas públicas, o que pode estar relacionado à

diminuição da população em idade escolar, fechamento de escolas ou restrições orçamentárias. Vigia apresenta o recuo mais acentuado entre os três níveis, com perda de cerca de 30 vagas por mil habitantes no período. Esse decréscimo pode impactar negativamente o acesso à educação básica, sobretudo em comunidades periféricas. A recuperação tímida em 2022 não foi suficiente para conter a tendência descendente. A análise sugere necessidade de ampliação da rede escolar ou readequação da capacidade instalada (Gráfico 7).





Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 182 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

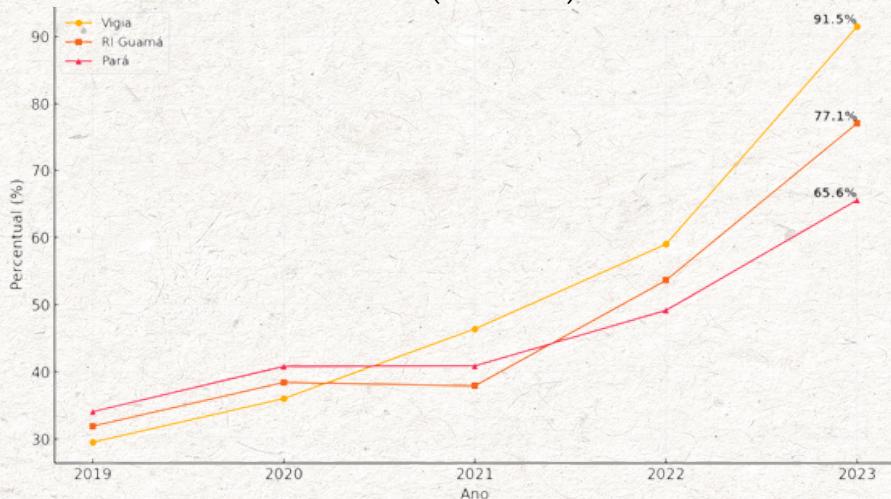
Em 2019, apenas 29,2% das escolas em Vigia tinham acesso à internet. Esse número cresceu gradualmente: 36,4% (2020), 46,4% (2021), 59,5% (2022), e atingiu 91,5% em 2023 o maior percentual entre os três níveis. A RI Guamá saiu de 32,4% em 2019 para 77,1% em 2023, também com avanço progressivo. O estado do Pará evoluiu de 33,6% (2019) para 65,6% em 2023, mantendo trajetória de crescimento mais moderado (Gráfico 8).

O avanço da conectividade escolar é um dos destaques positivos da série, especialmente em Vigia, que saltou de uma posi-

ção de atraso para destaque estadual. Essa evolução é essencial para a implementação de políticas de educação digital, ensino híbrido e acesso a plataformas educacionais. A rápida elevação pode ter sido impulsionada por programas federais, como o Wi-Fi Brasil, e iniciativas municipais. Ainda assim, apesar dos avanços, o desafio agora será garantir qualidade da conexão, manutenção dos equipamentos e capacitação docente. O progresso expressivo posiciona o município à frente da média estadual e regional (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

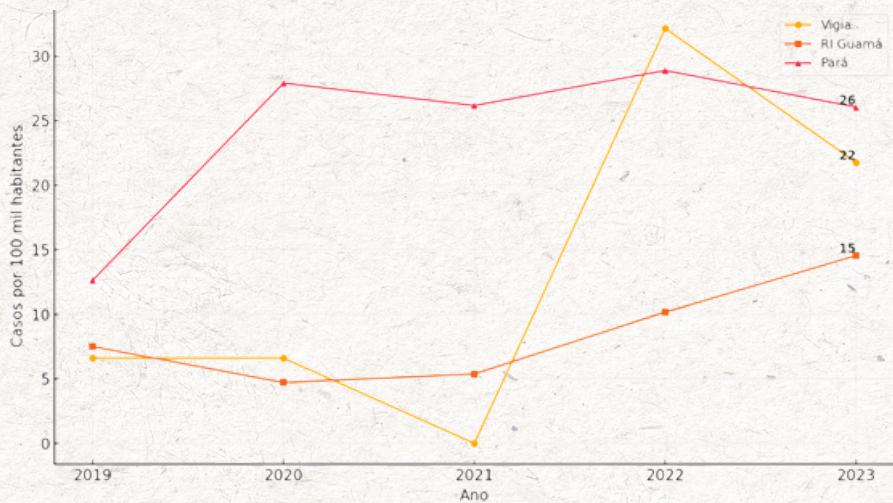


No município de Vigia, a taxa de violência contra a mulher por parceiros foi de 6,5 casos por 100 mil habitantes em 2019, mantendo-se estável em 2020 (6,6), mas caindo bruscamente para 0 em 2021. Em 2022, houve um salto significativo para 32 casos, seguido de uma queda para 22 em 2023. A RI Guamá apresentou comportamento mais gradual, iniciando em 7,6 (2019), caindo para 4,7 (2020), e encerrando com 15 casos por 100 mil habitantes em 2023. Já o Pará teve aumento expressivo: de 12,7 (2019) para 28 (2020), mantendo-se em torno de 26–29 nos anos seguintes (Gráfico 9).



O padrão em Vigia é marcado por forte oscilação, indicando possíveis lacunas na notificação, cobertura de serviços ou políticas de proteção. A ausência de registros em 2021 pode ser reflexo de subnotificação e não necessariamente de ausência de casos. O aumento abrupto nos anos seguintes pode estar associado à melhora dos sistemas de registro ou agravamento das situações de violência. A RI Guamá e o estado do Pará apresentaram maior regularidade, ainda que com níveis preocupantes. Os dados apontam para a urgência de fortalecimento da rede de proteção e do monitoramento nos municípios menores (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

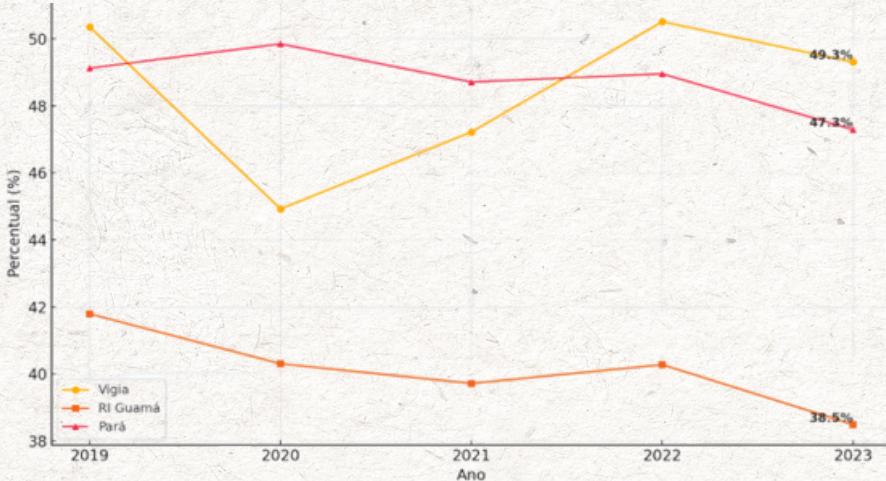
Vigia iniciou o período com 50,3% dos cargos gerenciais ocupados por mulheres em 2019, caiu para 44,9% em 2020, e cresceu até atingir 50,5% em 2022. Em 2023, houve leve queda para 49,3%, ainda acima da média estadual. A RI Guamá manteve-se abaixo dos demais, com 41,8% em 2019 e encerrando com 38,5% em 2023, com variações discretas. Já o estado do Pará oscilou entre 48,9% (2019) e 47,3% (2023), mantendo uma média estável e elevada no período (Gráfico 10).





A trajetória em Vigia é positiva no geral, com retomada do crescimento após a queda de 2020, sinalizando maior presença feminina em cargos de liderança. Apesar da oscilação, o município fechou o período com representatividade feminina acima do estado e da região. A RI Guamá, por outro lado, demonstra retrocesso no indicador, com tendência de queda contínua. O Pará mantém um cenário relativamente estável e com bom desempenho. Os dados reforçam a importância de políticas locais que estimulem a equidade de gênero, especialmente em regiões onde há persistente sub-representação feminina (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 49,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Vigia, apenas 1,4% da população de baixa renda tinha acesso à coleta de esgoto em 2019, valor que se manteve inalterado até 2021. Em 2022, houve aumento para 2,1%, mantendo-se estável em 2023 com 2,2%. A RI Guamá começou com 0,8% em 2019 e terminou com 1,1% em 2023, com avanço mínimo. Já o estado do Pará apresentou crescimento mais consistente, partindo de 7% (2019) e atingindo 11,5% em 2023 (Gráfico 11).

Os dados mostram que, apesar do leve progresso em Vigia, os percentuais continuam extremamente baixos, refletindo carência estrutural de saneamento básico. O Pará evoluiu de forma mais expressiva, embora ainda longe de alcançar cobertura ampla. A discrepância entre Vigia e a média estadual é grande, evidenciando desigualdade no acesso aos serviços de saneamento entre municípios. A RI Guamá apresenta comportamento semelhante ao de Vigia, com melhorias tímidas. A situação exige atenção urgente, pois a ausência de coleta de esgoto impacta diretamente a saúde pública, principalmente nas populações mais vulneráveis (Gráfico 11).

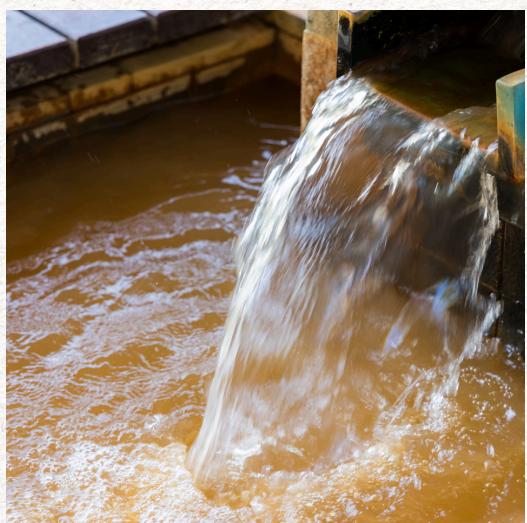
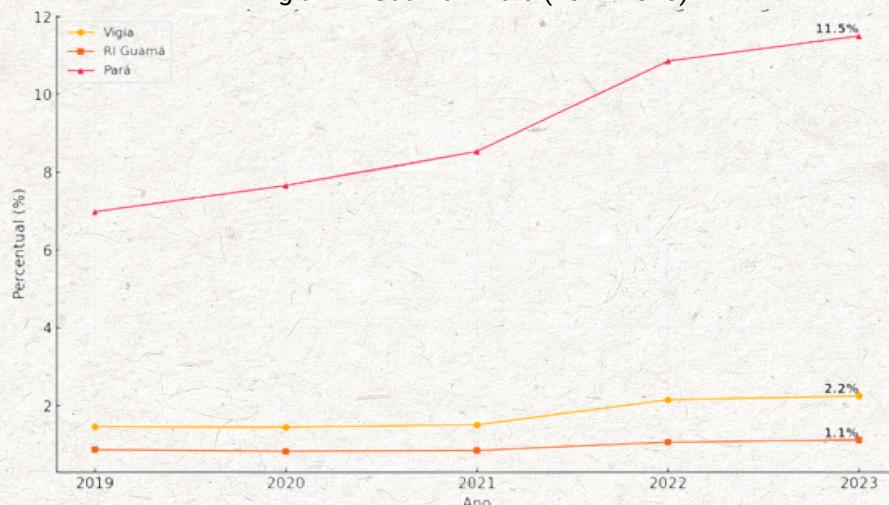




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Vigia, o gasto per capita com saneamento foi de R\$ 0 em 2019, subindo ligeiramente para R\$ 2 em 2020. Em 2021, houve pico significativo de R\$ 30 por habitante, mas o valor voltou a zero em 2022 e chegou a apenas R\$ 0 em 2023. A RI Guamá manteve gastos mais estáveis, entre R\$ 15 e R\$ 17 de 2019 a 2022, mas caiu para R\$ 11 em 2023. O estado do Pará apresentou valores bem superiores, saindo de R\$ 80 (2019) para o pico de R\$ 153 em 2022, encerrando 2023 com R\$ 137 por habitante (Gráfico 12).

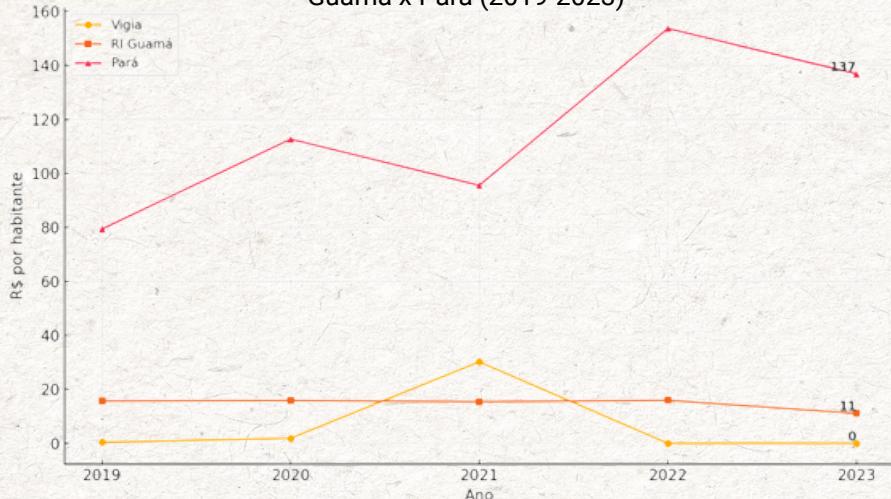
A trajetória de Vigia revela instabilidade e baixo comprometimento financeiro com sa-

neamento ao longo do período. O aumento pontual em 2021 não se sustentou, e o retorno a zero em 2022 e 2023 sinaliza ausência de investimentos recentes. Comparado aos padrões da RI Guamá e, principalmente, do Pará, o município está muito aquém na destinação de recursos para infraestrutura sanitária. Tal cenário contribui para a baixa cobertura de coleta de esgoto observada anteriormente. A persistência desse quadro compromete o desenvolvimento urbano, a saúde pública e a qualidade de vida da população de baixa renda (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 7: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

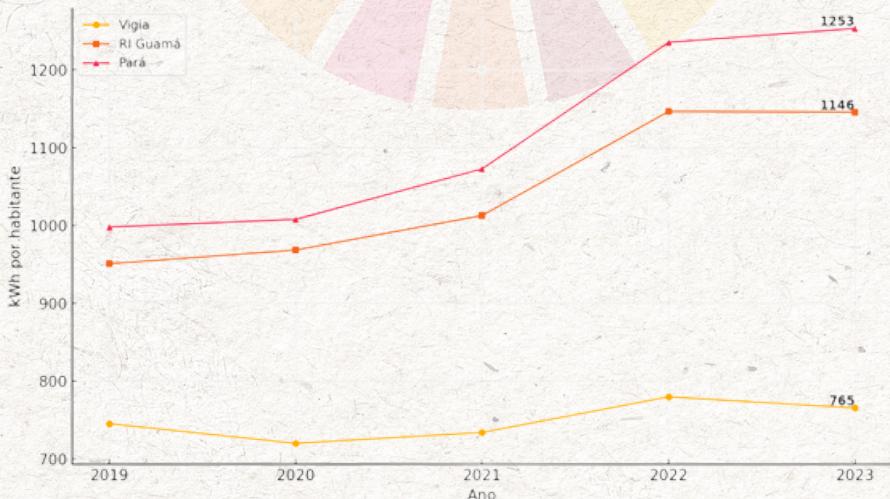


Em Vigia, o consumo de energia elétrica per capita era de 744 kWh/hab. em 2019 e caiu para 723 em 2020. A partir de 2021, houve recuperação progressiva, com 737 kWh/hab., chegando a 778 em 2022 e recuando levemente para 765 em 2023. A RI Guamá partiu de 951 kWh/hab. em 2019 e avançou até 1.146 em 2022, mantendo o mesmo nível em 2023. O estado do Pará teve crescimento expressivo, saindo de 999 kWh/hab. (2019) para 1.253 em 2023 (Gráfico 13).



Apesar de manter trajetória geral de crescimento, o município de Vigia ficou abaixo da média estadual e regional durante todo o período. Enquanto Pará e RI Guamá apresentaram avanços expressivos após 2021, Vigia teve ganhos mais tímidos e encerrou 2023 com consumo ainda abaixo do patamar de 800 kWh/hab. Isso pode indicar restrições no acesso, baixa renda ou infraestrutura elétrica limitada. A discrepância reforça desigualdades territoriais no uso de energia, com impacto sobre conforto doméstico e produtividade. Políticas de universalização e eficiência energética podem reduzir essas distâncias (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 765 kWh/ Hab enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

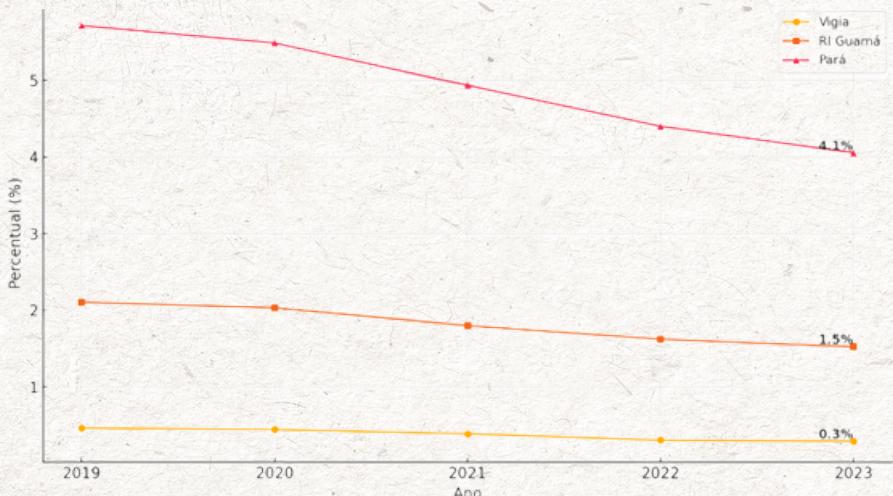
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Vigia, o percentual de domicílios de baixa renda que utilizavam iluminação fóssil era de 0,5% em 2019 e 2020. Em 2021, o índice caiu levemente para 0,4%, chegando a 0,3% em 2022 e mantendo esse patamar em 2023. A RI Guamá iniciou com 2,1% (2019), passando a 2% (2020), 1,8% (2021), 1,6% (2022) e finalizando com 1,5% (2023). Já o estado do Pará registrou queda mais acentuada, de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023 (Gráfico 14).



O desempenho de Vigia é positivo, com níveis já bastante baixos desde o início da série, sinalizando ampla cobertura de energia elétrica mesmo entre os mais vulneráveis. A redução contínua nos três níveis territoriais indica progresso na substituição de fontes precárias por eletricidade. Vigia apresenta o menor percentual entre todos os territórios em todos os anos analisados. Esse dado pode refletir bom desempenho de programas de universalização elétrica ou maior urbanização do município. Mesmo assim, o desafio permanece para RI Guamá e Pará, onde a dependência de fontes fósseis ainda é mais significativa (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

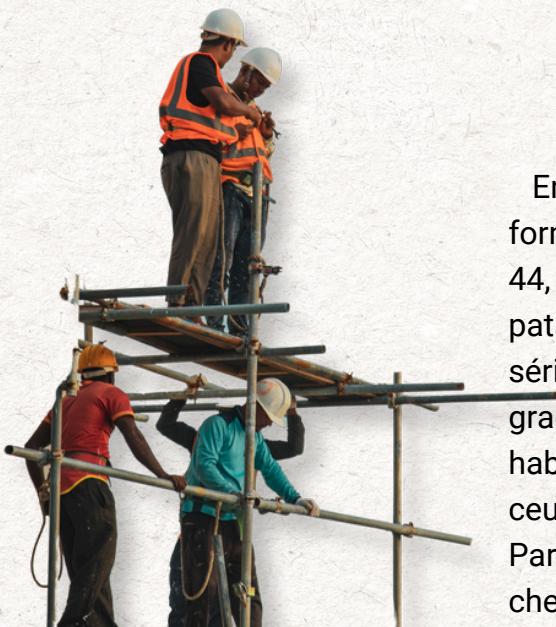


ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



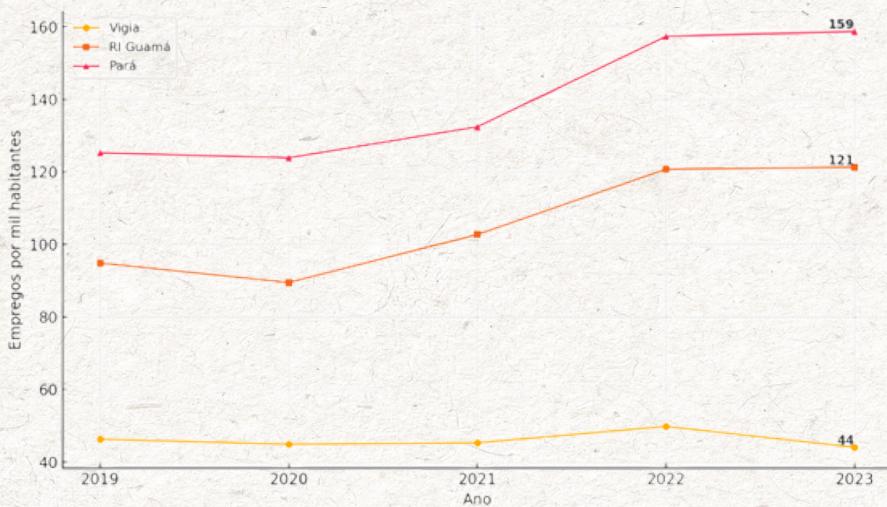
Em 2019, o município de Vigia apresentava 46 empregos formais por mil habitantes. Em 2020, houve leve queda para 44, seguida de estabilidade em 2021, mantendo-se nesse patamar. Em 2022, o número subiu para 50, o maior valor da série, mas voltou a cair para 44 em 2023. A Região de Integração (RI) Guamá iniciou com 95 empregos formais por mil habitantes, caiu para 90 em 2020, e a partir de então cresceu continuamente até atingir 121 em 2023. Já o estado do Pará manteve-se em patamar elevado, com 126 em 2019, chegando a 159 empregos por mil habitantes em 2023 (Gráfico 15).

Empregos Formais por Mil Habitantes

A comparação revela que Vigia possui um mercado formal de trabalho bem menos desenvolvido do que suas referências regional e estadual. Enquanto RI Guamá e Pará demonstram crescimento sólido a partir de 2021, Vigia teve uma trajetória oscilante e terminou o período com o mesmo nível de 2020. A diferença entre Vigia (44) e o estado (159) em 2023 é de 115 postos formais a menos por mil habitantes. Isso pode refletir uma economia local mais informal, menor atividade empresarial ou escassa presença de serviços públicos. O dado reforça a necessidade de políticas voltadas à formalização, incentivo a micro e pequenas empresas e capacitação da mão de obra local (Gráfico 15).



**Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Vigia x RI
Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 44 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

O PIB per capita de Vigia em 2018 era de R\$ 7.155 e permaneceu praticamente estável em 2019 (R\$ 7.160). Em 2020, houve leve crescimento para R\$ 7.714 e, nos dois anos seguintes, expansão mais acelerada, alcançando R\$ 8.537 em 2021 e R\$ 9.459 em 2022. A RI Guamá saiu de R\$ 12.789 (2018) para R\$ 13.014 (2019), subindo para R\$ 13.676 (2020), R\$ 14.943 (2021) e atingindo R\$ 16.258 em 2022. Já o Pará apresentou forte expansão: de R\$ 18.993 (2018) para R\$ 33.954 em 2022, com cresci-



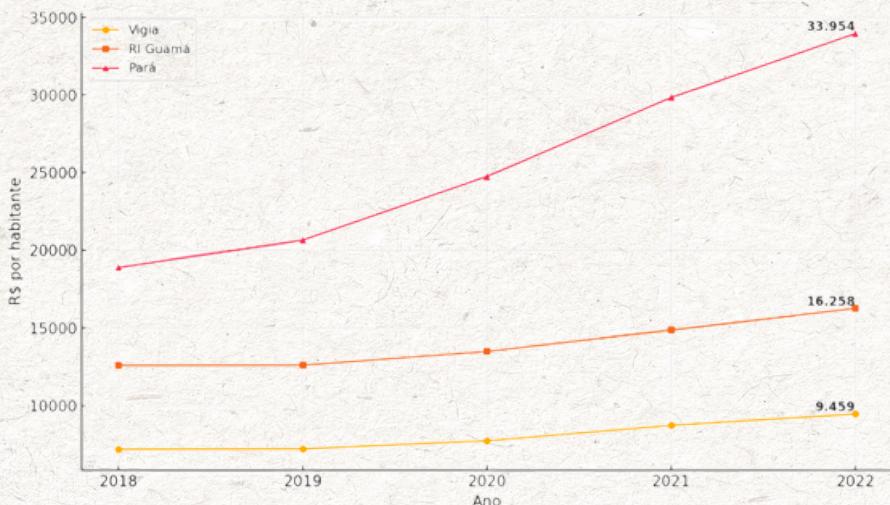
cimento especialmente expressivo a partir de 2020 (Gráfico 16).

O município de Vigia apresentou melhora contínua no PIB per capita, mas em um ritmo mais lento e sempre abaixo das médias regional e estadual. Em 2022, sua renda por ha-

bitante foi 41,8% menor do que a da RI Guamá e 72,1% inferior à do estado. Isso evidencia a fragilidade econômica relativa do município, com menor geração de riqueza por pessoa. O crescimento estadual foi impulsionado por atividades de maior valor agregado, como mineração e energia, enquanto Vigia provavelmente mantém base produtiva mais primária. Esses dados destacam a importância de diversificação econômica e atração de investimentos para elevar a renda local (Gráfico 16).



Gráfico 16 - PIB per capita, Vigia x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 9.459/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



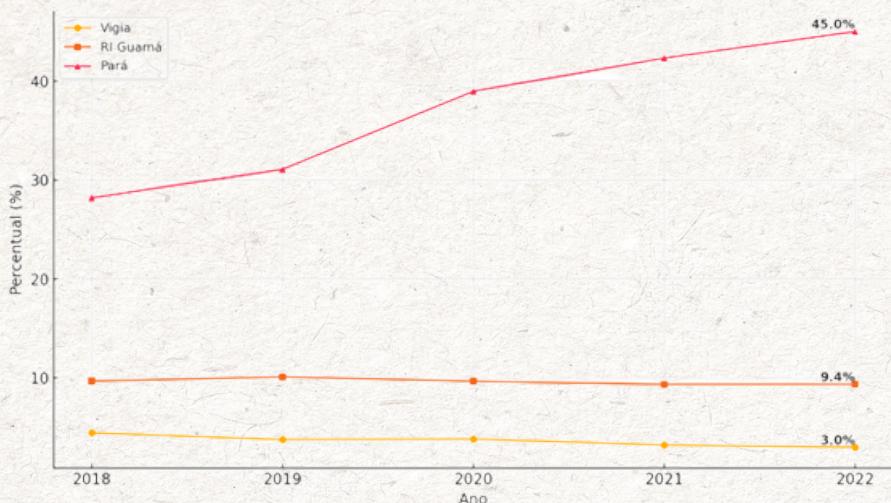
No município de Vigia, o percentual da indústria no PIB era de 4,3% em 2018 e caiu para 3,7% em 2019. Em 2020, houve leve recuperação para 3,9%, mas voltou a cair nos dois anos seguintes: 3,4% (2021) e 3,0% em 2022. A RI Guamá manteve-se relativamente estável no período, oscilando de 9,6% (2018) para 9,4% (2022), com leve pico de 10,1% em 2019. Em contrapartida, o estado do Pará apresentou crescimento contínuo: de 28,4% (2018) para 45,0% em 2022, destacando-se nacionalmente (Gráfico 17).

O desempenho de Vigia revela uma economia com participação industrial bastante reduzida e em queda. Em 2022, a indústria representava apenas 3% de seu PIB, contrastando com os 45% do estado e 9,4% da RI Guamá. Isso indica predominância de setores como serviços ou agropecuária na composição econômica local. Já o crescimento industrial do Pará reflete a expansão de grandes projetos minerais e energéticos. A baixa diversificação produtiva de Vigia limita sua capacidade de geração de valor agregado e emprego qualificado. Investimentos em pequenas indústrias e infraestrutura podem alterar essa trajetória e fortalecer a economia local (Gráfico 17).





**Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Vigia x RI
Guamá x Pará (2018-2022)**



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Vigia, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes foi de 2,7 em 2019 e 2020, manteve-se nesse patamar em 2021, subindo levemente para 3,2 em 2022 e encerrando 2023 com 3. A RI Guamá iniciou com 7,6 em 2019, caiu para 6,5 em 2020 e, a partir de 2021, cresceu pro-



gressivamente até alcançar 11 em 2023. O estado do Pará teve desempenho superior durante todo o período, passando de 16,7 (2019) para 21 em 2023, com avanço consistente especialmente entre 2021 e 2022 (Gráfico 18).

O indicador evidencia a baixa concentração de profissionais da ciência em Vigia, com crescimento muito discreto no pe-

ríodo analisado. Enquanto a média estadual praticamente dobrou, o município permanece abaixo de 4 profissionais por 100 mil habitantes, sugerindo fraca presença de instituições de pesquisa, ensino técnico ou atuação em áreas científicas. A RI Guamá também apresentou crescimento expressivo, reduzindo a distância em relação ao estado. A expansão em nível estadual pode refletir investimentos em centros acadêmicos ou tecnológicos que ainda não alcançaram os municípios menores (Gráfico 18).

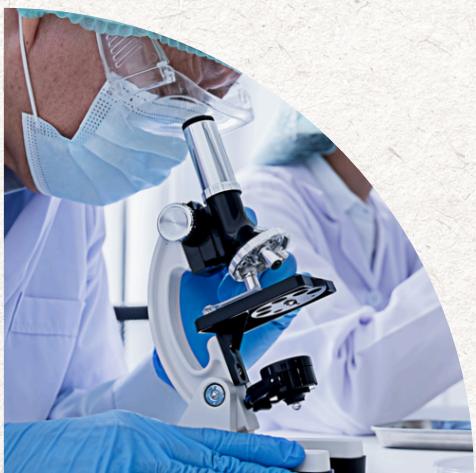
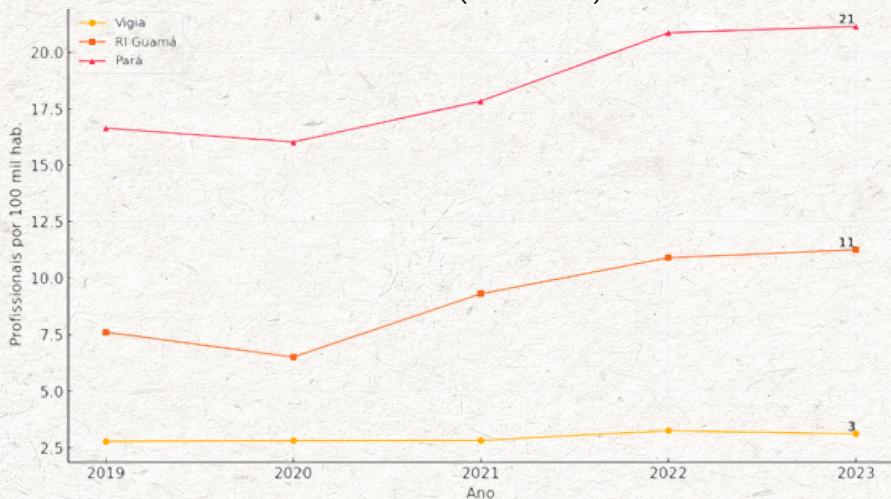




Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





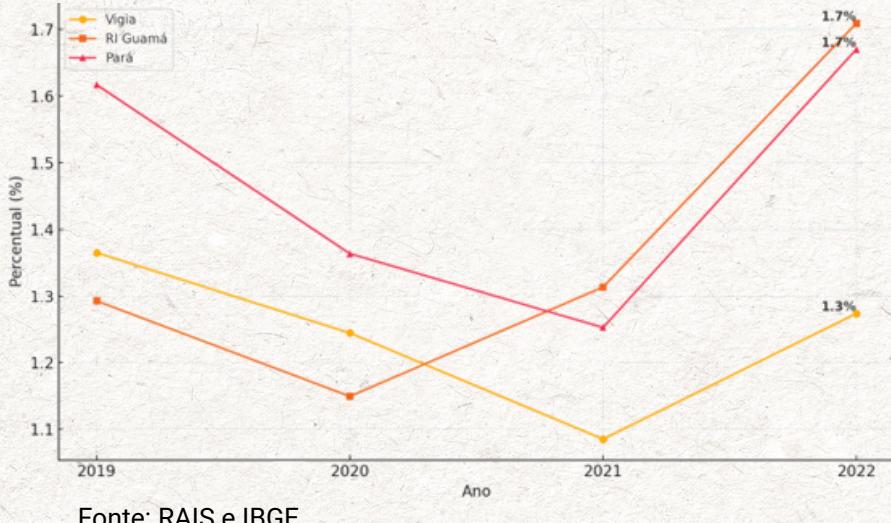
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em 2019, a massa salarial dos vínculos formais em Vigia representava 1,36% do PIB. Esse valor caiu para 1,24% em 2020 e para 1,08% em 2021, mas se recuperou para 1,30% em 2022. A RI Guamá começou com 1,29% em 2019, reduziu-se para 1,15% em 2020, cresceu para 1,32% em 2021 e atingiu 1,71% em 2022. O estado do Pará apresentou trajetória de queda até 2021 (1,62% → 1,26%) e recuperação em 2022, chegando a 1,70% (Gráfico 19).

Vigia apresentou o menor percentual do indicador em todos os anos, refletindo um merca-

do de trabalho formal com baixa remuneração ou peso econômico reduzido. Apesar da leve recuperação em 2022, o município ainda está aquém da média regional e estadual. A RI Guamá e o estado do Pará tiveram forte recuperação no último ano, possivelmente influenciada pela formalização e aumento salarial em setores estratégicos. O dado evidencia que, além de contar com poucos empregos formais, Vigia também enfrenta baixa contribuição salarial destes vínculos ao PIB (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

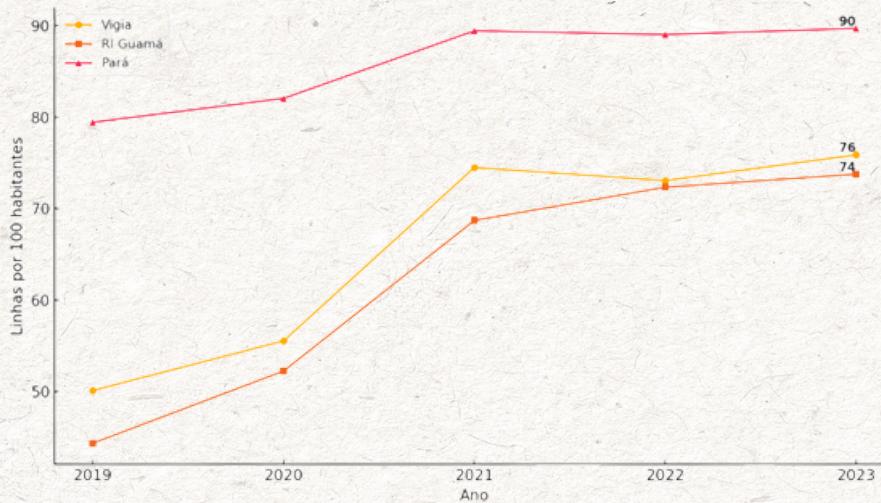
Em Vigia, o acesso à telefonia móvel era de 50 linhas por 100 habitantes em 2019. O número subiu para 55 em 2020, atingiu 75 em 2021, oscilou levemente para 73 em 2022 e encerrou 2023 com 76 linhas. A RI Guamá apresentou trajetória semelhante: partiu de 44 (2019), chegou a 69 em 2021 e atingiu 74 em 2023. Já o estado do Pará manteve-se em patamar mais elevado, com 79,5 em 2019 e 90 em 2023. O crescimento no período foi mais intenso entre 2020 e 2021 em todos os níveis (Gráfico 20).

A evolução aponta para expressivo avanço da conectividade móvel, sobretudo entre 2020 e 2021, possivelmente associado à pandemia e à digitalização dos serviços. Vigia conseguiu reduzir a distância em relação ao estado, mas ainda se encontra abaixo da média estadual. O crescimento contínuo da RI Guamá também sugere expansão regional da infraestrutura de telecomunicações. Apesar dos avanços, a persistente diferença em relação ao Pará (14 pontos em 2023) indica que há espaço para melhorias, principalmente em áreas mais remotas. A telefonia móvel é fundamental para inclusão digital, serviços financeiros e acesso à informação (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 76 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em 2019, Vigia destinava R\$ 38 por habitante à cultura e gestão ambiental. Em 2020, o valor caiu para R\$ 36, despencando para R\$ 14 em 2021 e zerando em 2022. No entanto, em 2023 houve forte recuperação para R\$ 47 por habitante. A RI Guamá teve comportamento mais estável: de R\$ 46 (2019) para R\$ 75 (2023), enquanto o Pará cresceu de R\$ 40 (2019) para R\$ 71 no final do período. O ano de 2022 foi o ponto mais baixo para todos os níveis, possivelmente afetado por contingenciamentos ou pandemia (Gráfico 21).

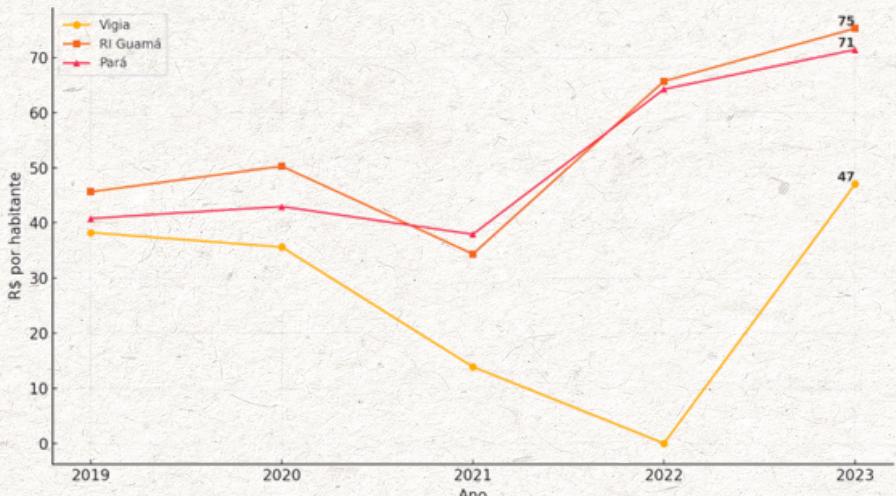
A despesa de Vigia mostra forte oscilação, com queda drástica até 2022 e recuperação

apenas em 2023, sugerindo descontinuidade ou baixa priorização desses setores. A retomada recente ainda não alcançou os valores regionais e estaduais. A RI Guamá e o estado do Pará demonstraram crescimento contínuo desde 2021, com investimentos mais consistentes. A instabilidade local pode comprometer ações de valorização cultural, educação ambiental e sustentabilidade urbana. A continuidade do aumento em 2023 é positiva, mas requer planejamento para garantir perenidade e alinhamento com padrões mais altos de investimento público (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 47/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





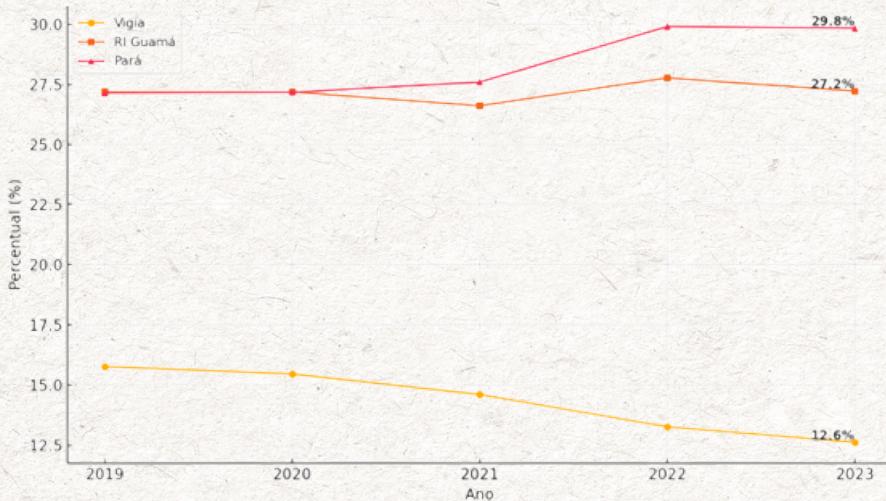
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Vigia, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo foi de 15,8% em 2019, caindo levemente para 15,5% em 2020. Em 2021, reduziu para 14,6%, depois para 13,1% em 2022 e fechou 2023 com 12,6%. A RI Guamá manteve-se em torno de 27% durante todo o período, enquanto o Pará passou de 27,1% (2019) para 29,8% (2023). As reduções foram mais expressivas em Vigia, em contraste com a tendência de alta estadual (Gráfico 22).

O indicador em Vigia demonstra uma tendência de melhoria contínua na gestão de

resíduos domiciliares entre a população de baixa renda. O município apresenta os menores percentuais entre os três níveis desde o início da série, com queda de 3,2 pontos percentuais em cinco anos. Já a RI Guamá e o estado do Pará permanecem em patamar elevado, com variação quase nula ou até crescente. Esses dados sugerem que Vigia pode ter avançado em políticas de coleta ou conscientização, mesmo em cenários de baixa renda. A continuidade dessa trajetória dependerá da manutenção de serviços e do fortalecimento da educação ambiental (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



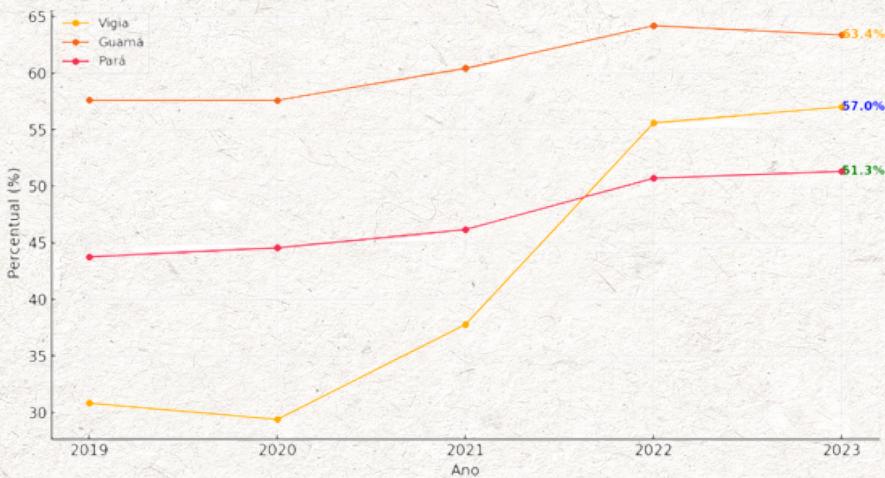
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em 2019, 30,8% da população de baixa renda em Vigia usava fossa rudimentar. Após uma leve queda em 2020 (29,4%), o índice cresceu para 37,9% em 2021, alcançou 55,3% em 2022 e chegou a 57% em 2023. A RI Guamá manteve-se acima de 58,2% ao longo de todo o período, atingindo 63,4% em 2023. O estado do Pará partiu de 43,9% em 2019 e encerrou 2023 com 51,3%, também em alta (Gráfico 23).

O aumento expressivo em Vigia, especialmente entre 2021 e 2022, indica retrocesso na infraestrutura sanitária ou ampliação da

população vulnerável sem atendimento adequado. A média local ultrapassou o índice estadual a partir de 2022, evidenciando agravamento da precariedade sanitária entre os mais pobres. A RI Guamá apresenta o maior percentual da série, reforçando a concentração do problema em áreas específicas. A elevação contínua do indicador nos três níveis territoriais destaca a insuficiência de políticas públicas para saneamento básico. Investimentos em coleta e tratamento de esgoto são fundamentais para reverter esse quadro crítico (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 57%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



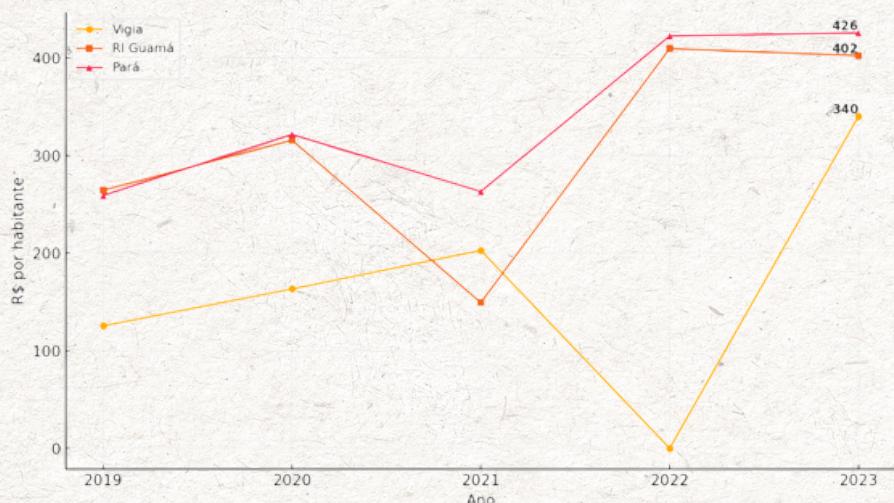
Gastos per capita com prevenção de desastres

No município de Vigia, os gastos per capita com prevenção de desastres começaram em R\$ 126 em 2019 e aumentaram para R\$ 164 em 2020. Em 2021, subiram para R\$ 202, mas houve queda brusca para R\$ 0 em 2022, com posterior recuperação para R\$ 340 em 2023. A RI Guamá, por sua vez, iniciou com R\$ 265 em 2019, elevando-se para R\$ 317 em 2020, caiu para R\$ 151 em 2021 e voltou a subir nos anos seguintes, atingindo R\$ 402 em 2023. Já o estado do Pará passou de R\$ 259 em 2019 para R\$ 426 em 2023, com variações significativas ao longo da série (Gráfico 24).



A trajetória de Vigia demonstra grande instabilidade na alocação de recursos para prevenção de desastres, com interrupção total em 2022, o que levanta preocupações quanto à continuidade de políticas públicas nessa área. O expressivo aumento em 2023 sinaliza uma tentativa de retomada, mas ainda insuficiente frente à média estadual. A RI Guamá também apresentou variações, porém com patamar de gastos consistentemente mais alto do que o município. O estado do Pará destaca-se por manter valores elevados, com tendência de crescimento constante (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 340/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Despesa per capita com preservação aquática

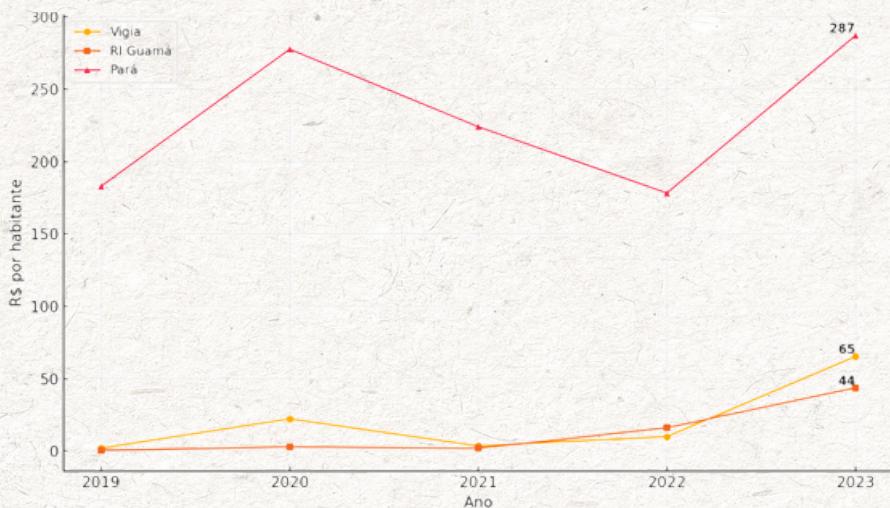
Vigia registrou gasto nulo em 2019, subiu para R\$ 23 em 2020, caiu para R\$ 5 em 2021, voltou a subir para R\$ 11 em 2022 e encerrou 2023 com R\$ 65 por habitante. A RI Guamá teve evolução mais constante: R\$ 1 (2019), R\$ 3 (2020), R\$ 5 (2021), R\$ 17 (2022) e R\$ 44 (2023). O estado do Pará apresentou os maiores patamares: R\$ 183 em 2019, com pico de R\$ 278 em 2020, queda para R\$ 224 em 2021, retorno a R\$ 180 em 2022 e novo aumento para R\$ 287 em 2023 (Gráfico 25).

O município de Vigia mostra um esforço re-

cente em investir na preservação dos recursos hídricos, especialmente entre 2022 e 2023. Apesar do avanço, os valores ainda estão distantes do nível estadual. A RI Guamá, embora tenha aumentado os aportes, permanece com valores relativamente baixos. O Pará se destaca com um padrão mais consolidado de financiamento, mesmo com oscilações pontuais. A discrepância entre os níveis territoriais indica desigualdade na proteção dos ecossistemas aquáticos (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparéncia Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 65/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

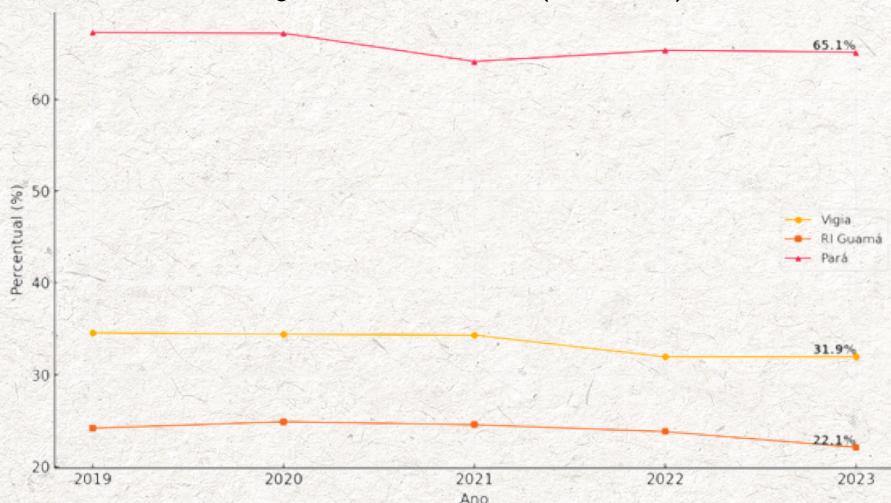
No município de Vigia, a área de floresta representava 34,5% do território em 2019, mantendo-se estável até 2021 (com variações mínimas de décimos), e passou a diminuir nos anos seguintes: 32,1% em 2022 e 31,9% em 2023. A Região de Integração (RI) Guamá, que em 2019 registrava 24,5%, também manteve valores próximos nos três primeiros anos (25,1% em 2020 e 24,8% em 2021), mas sofreu queda para 24,1% em 2022 e 22,1% em 2023. O estado do Pará, por sua vez, apresentou um cenário mais estável: iniciou com 65,3% de cobertura florestal, teve leve recuo para 63,5% em 2021, mas voltou a crescer até

alcançar 65,1% em 2023 (Gráfico 26).

A análise mostra que tanto Vigia quanto a RI Guamá enfrentaram um processo de redução da área florestal entre 2021 e 2023, o que pode estar relacionado ao avanço da ocupação urbana, expansão agropecuária ou outras pressões sobre o território. O estado do Pará demonstra maior capacidade de manter sua cobertura vegetal, o que reflete políticas mais eficazes em escala estatal. Em Vigia, a perda de quase 3 pontos percentuais em dois anos representa alerta para o planejamento territorial e conservação ambiental (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 31,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

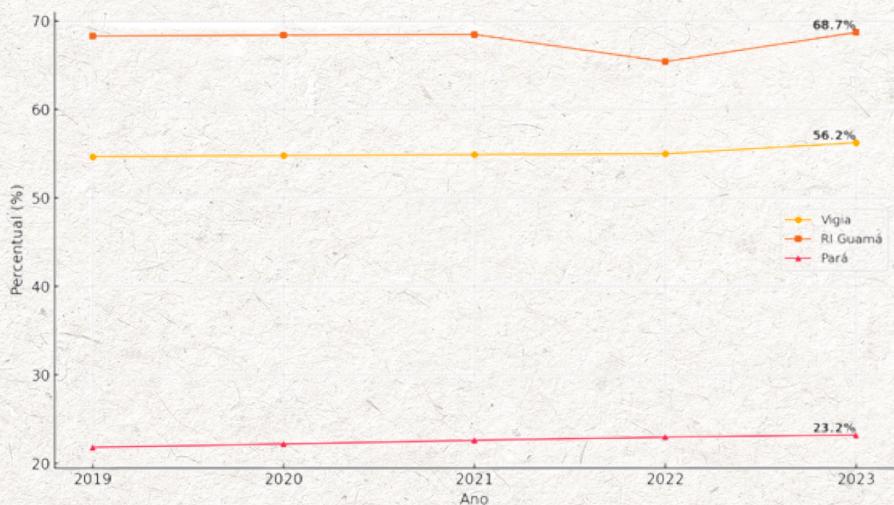
Vigia apresentou taxa de desmatamento em 2019 de 54,7%, elevando-se ligeiramente para 54,8% em 2020. A partir de então, os aumentos foram mais acentuados: 54,9% (2021), 55,0% (2022) e 56,2% em 2023. A RI Guamá partiu de 68,3% em 2019 e chegou a 68,7% em 2023. Já o Pará iniciou com 21,8% de área desmatada em 2019, aumentando gradualmente até alcançar 23,2% em 2023 (Gráfico 27).

A taxa de desmatamento em Vigia cresceu 1,6 pontos percentuais em cinco anos, evidenciando uma pressão crescente

sobre o território. O município superou o índice estadual desde o início da série e, em 2023, aproxima-se da realidade regional da RI Guamá. O crescimento mais acelerado entre 2021 e 2023 reforça a urgência de políticas de mitigação. No contexto estadual, o Pará ainda mantém proporções menores de área desmatada, mas a tendência é de alta. A expansão do desmatamento, especialmente em áreas mais frágeis, compromete o equilíbrio ecológico, a segurança hídrica e a regulação climática (Gráfico 27).



**Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total,
Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 56,2% enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

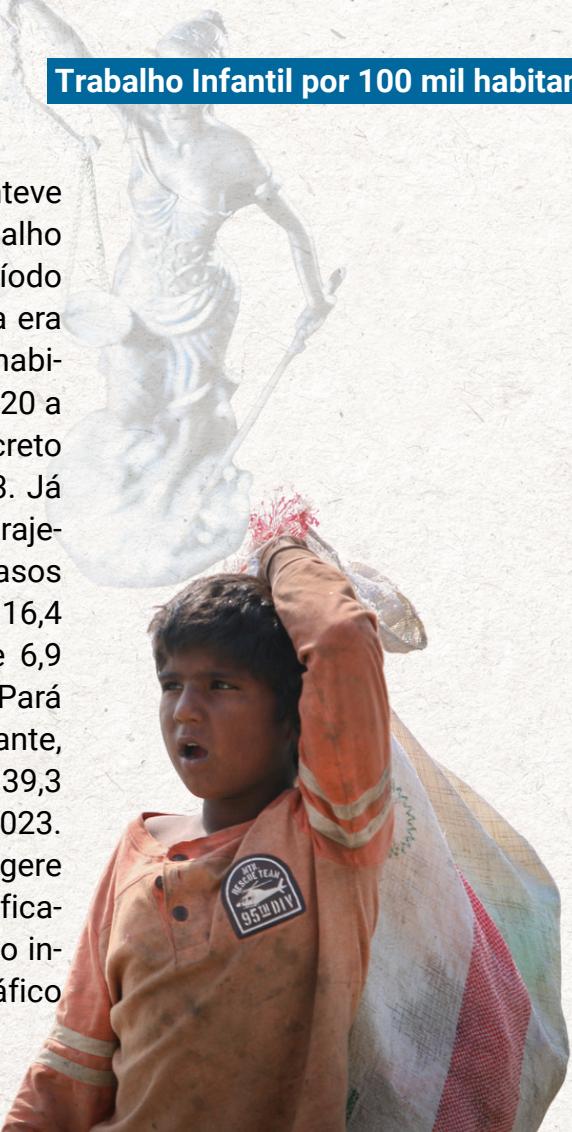
O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

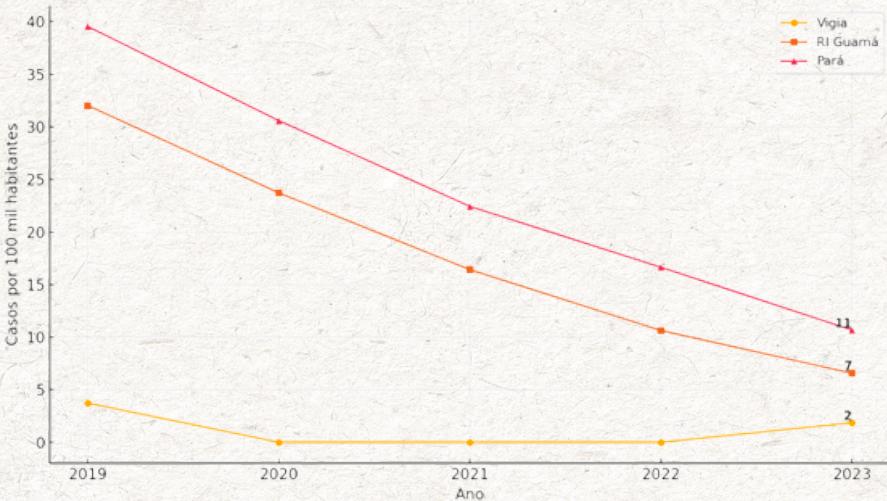
O município de Vigia manteve índices baixos de trabalho infantil ao longo do período analisado. Em 2019, a taxa era de 3,9 casos por 100 mil habitantes, caindo a zero de 2020 a 2022, e registrando discreto aumento para 2,0 em 2023. Já a RI Guamá apresentou trajetória decrescente: 32,1 casos em 2019, 23,7 em 2020, 16,4 em 2021, 10,6 em 2022 e 6,9 em 2023. O estado do Pará seguiu padrão semelhante, com redução contínua de 39,3 em 2019 para 11,2 em 2023. Essa queda consistente sugere políticas públicas mais eficazes no combate ao trabalho infantil em toda a região (Gráfico 28).



O contraste entre a estabilidade de Vigia em patamares baixos e a redução acentuada nas esferas estadual e regional sugere que o município já apresentava condições mais favoráveis ou menor incidência inicial do problema. A queda constante na RI Guamá e no Pará pode estar associada a ações coordenadas de fiscalização e inclusão educacional. O pequeno aumento em Vigia em 2023, embora pontual, requer atenção para evitar uma possível reversão da tendência positiva. No geral, o indicador revela progresso expressivo no enfrentamento do trabalho infantil no estado (Gráfico 28).



Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

A taxa de homicídios em Vigia variou consideravelmente no período. Em 2019, foi registrada a marca de 48,2 homicídios por 100 mil habitantes, caindo para 46,3 em 2020 e despencando para 29,3 em 2021. No entanto, houve um pico em 2022, atingindo 49,2, seguido por queda significativa para 27,7 em 2023. Na RI Guamá, a tendência foi de redução gradual: de 36,5 em 2019 para 28 em 2023. O estado do Pará também registrou queda, passando de 39,0 para 30,6 no mesmo período (Gráfico 29).

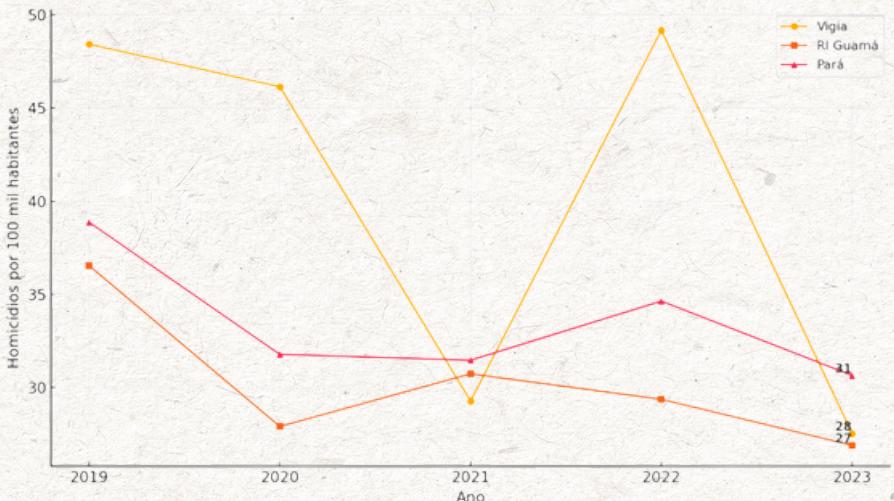
Embora Vigia apresente variações bruscas, inclusive com um pico preocupante em

2022, o dado de 2023 representa a menor taxa do período e aproxima o município da média regional. A RI Guamá e o Pará mostram evolução mais estável e consistente na redução da violência letal. A oscilação em Vigia pode refletir fatores pontuais, como conflitos locais, atuação de facções ou deficiências na segurança pública em determinados anos. Ainda assim, os resultados de 2023 são positivos, exigindo reforço das políticas de prevenção e controle da criminalidade para garantir a sustentabilidade da redução (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 28 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



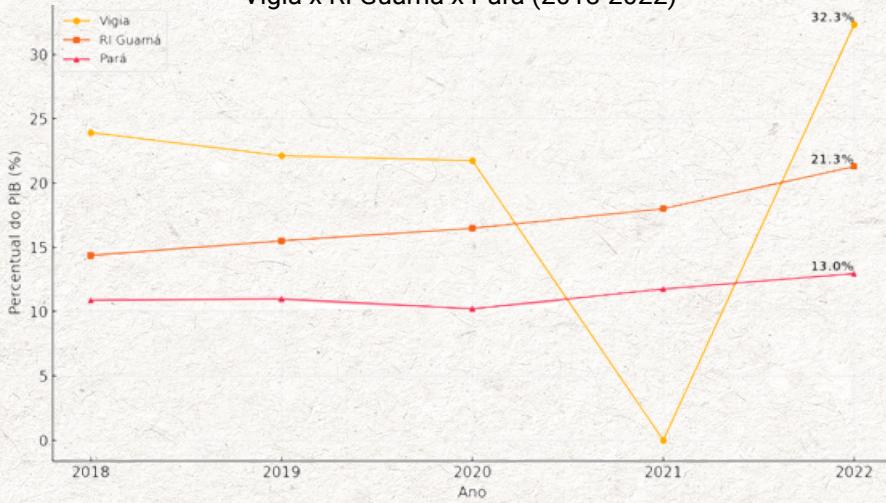


Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Vigia apresentou forte oscilação nos gastos públicos como percentual do PIB. O índice começou em 24,0% em 2018, caiu levemente para 22,1% em 2019 e 21,8% em 2020, mas teve uma queda abrupta para 0% em 2021, indicando ausência ou subnotificação de dados. Em 2022, houve uma recuperação drástica para 32,3%, o maior percentual da série. Já na Região de Integração do Guamá, o indicador cresceu continuamente de 14,3% em 2018 para 21,3% em 2022. O estado do Pará, por sua vez, apresentou crescimento moderado de 10,9% em 2018 para 13,0% em 2022. Nota-se que, apesar da volatilidade municipal, os níveis regionais e estaduais seguem tendências de crescimento estáveis (Gráfico 30).

A comparação entre os níveis revela que Vigia manteve, nos anos de dados válidos, percentuais significativamente superiores aos da região e do estado, com exceção de 2021. Essa grande flutuação pode refletir alterações contábeis, atrasos na execução orçamentária ou eventos extraordinários locais. O crescimento regional e estadual sugere maior capacidade de execução orçamentária ao longo do período, alinhada à expansão de políticas públicas locais e federais. A disparidade observada em 2022 (32,3% em Vigia contra 13% no estado) sugere que os investimentos públicos municipais podem estar fortemente concentrados em ações específicas (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Vigia x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 32,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

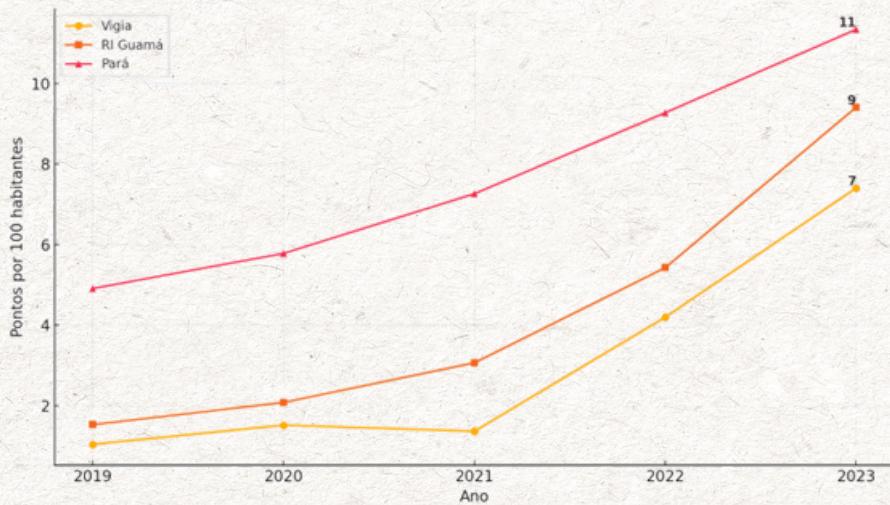


Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

O indicador de acesso à banda larga fixa em Vigia teve expressivo crescimento entre 2019 e 2023. Saiu de 1,1 ponto por 100 habitantes em 2019, cresceu para 1,5 em 2020, recuou levemente em 2021 (1,4), e acelerou nos dois anos seguintes, atingindo 4,2 em 2022 e 7 pontos por 100 habitantes em 2023. A Região de Integração do Guamá também apresentou avanço expressivo: de 1,6 ponto em 2019 para 9 pontos em 2023. O estado do Pará superou ambos os níveis, saindo de 4,9 pontos em 2019 para 11 em 2023, revelando uma política mais consolidada de inclusão digital (Gráfico 31).

Essa tendência geral de crescimento demonstra um avanço na infraestrutura digital em todos os níveis, embora Vigia ainda apresente menor cobertura em comparação ao estado e à região. O salto mais acentuado em Vigia ocorreu entre 2021 e 2023, período que pode estar relacionado à ampliação de programas federais e municipais de conectividade escolar ou popular. A diferença de quatro pontos entre Vigia (7) e o Pará (11) em 2023 ainda evidencia desigualdades de acesso, o que pode impactar diretamente o desempenho educacional, produtivo e social da população local (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Vigia x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

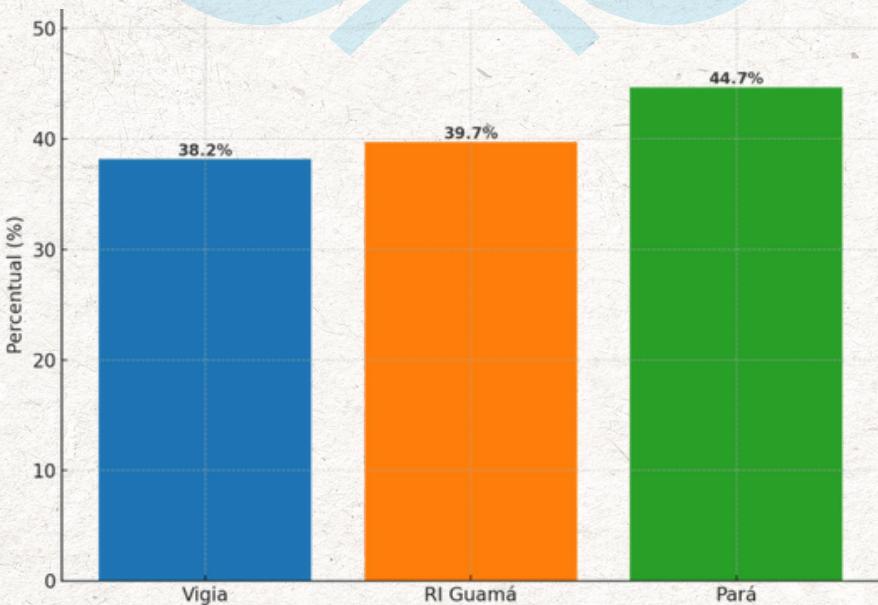
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Vigia** registrou um IDS de **38,2%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Vigia x RI Guamá x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



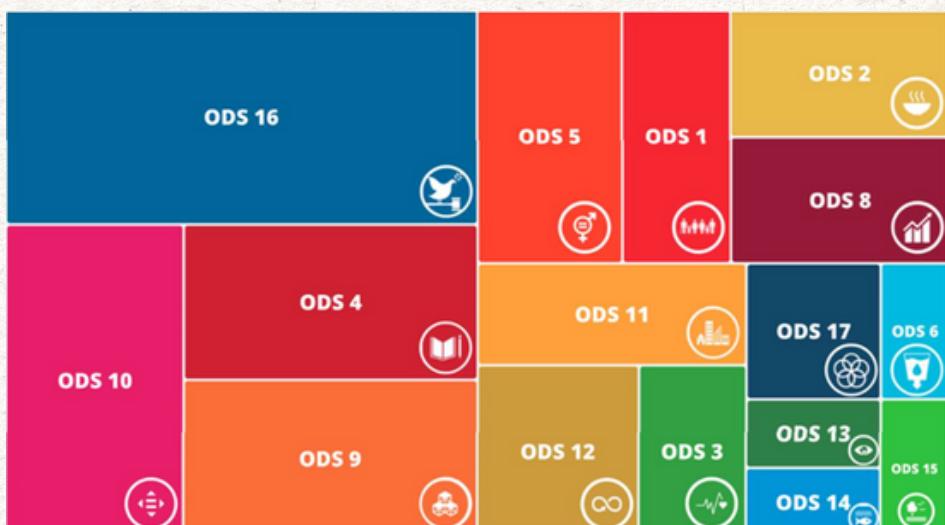
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Vigia na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Vigia e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

